

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 042

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE ABRIL DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 028ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
15 DE ABRIL DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 098/2002, do senhor Otaviano Fabbri Ferraz, secretário de Estado da Fazenda substituto, em res-

posta ao pedido de informações requeridos pelos deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer, que pedem esclarecimentos sobre “Valores Gastos com a empresa Adviser, advogados, assessores financeiros e consultores contratados para o processo de privatização da Copel”. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 855/2002, do senhor Rafael Dely, secretário de Estado da Política Habitacional, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Neivo Beraldin, que pede esclarecimentos sobre Viagem de Funcionários da Cohapar ao Exterior”. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 128/2002, da senhora Mirian de Fátima Zaninelli Wellner - Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em exercício, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Divanir Braz Palma, que pede esclarecimentos sobre “Universidade Estadual de Maringá”. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 017/2002, do senhor José Antonio Andreguetto, secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Humanos, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Antonio Carlos Belinati, que pede esclarecimentos sobre “Fundo Estadual do Meio Ambiente”. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/SEEG/143 a 146/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

031/2002: Do Poder Executivo que, dispõe sobre concessão de gratificação especial por assiduidade, no valor de R\$100,00 (cem reais), ao funcionário público efetivo integrante do Quadro Geral do Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.515. **Anote-se - Arquivo-se.**

068/2002: Do Tribunal de Justiça que, dispõe sobre concessão de gratificação especial por assiduidade, no valor de R\$100,00 (cem reais), ao funcionário público efetivo integrante do Quadro de Servidores do Poder Judiciário do Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.516. **Anote-se - Arquivo-se.**

090/2002: Do Tribunal de Contas que, dispõe sobre concessão de gratificação especial por assiduidade, no valor de R\$100,00 (cem reais), ao funcionários público efetivo integrante do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.517. **Anote-se - Arquivo-se.**

150/2002: Do Poder Executivo que, altera os Anexos I e IV, da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, que dispõem sobre os vencimentos do pessoal docente e técnico-administrativo das IES, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.518. **Anote-se - Arquivo-se.**

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 794**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER, regime de urgência à Proposição nº 54/2002, que altera o artigo 57 da Constituição do Estado do Paraná, que trata da imunidade parlamentar.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 806

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretora Legislativa, REQUER, a anexação do Projeto de Lei nº 209/2002 aos Projetos de Lei nºs 135/99, 244/99, 170/2000, 253/2000, 522/2001, 562/2001 e 155/2001, que se encontram anexados, que isentam veículos de pagamento de pedágio.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 807

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretora Legislativa, REQUER, a anexação do Projeto de Lei nº 209/2002 aos Projetos de Lei nºs 135/99, 244/99, 170/2000, 253/2000, 522/2001, 562/2001 e 155/2001, que se encontram anexados, que isentam veículos de pagamento de pedágio.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 810

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a utilização do horário do Pequeno Expediente da Sessão Plenária de 22 de abril do corrente, para a realização de pronunciamentos de lideranças indígenas e lideranças eclesiais do Estado do Paraná, referentes ao Dia do Índio comemorado em 19 de abril.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 802

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do ex-vice-prefeito e ex-vereador de São Carlos do Ivaí,

Pedro Solera, ocorrido dia 13.04.2002, em São Carlos do Ivaí.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 13.04 faleceu em São Carlos do Ivaí, o ex-vice-prefeito municipal e ex-vereador, Pedro Solera, que deixou viúva a senhora Rosângela Ruiz Solera e 04 filhos.

Pedro Solera era pessoa muito estimada pela população do referido município, onde era empresário no ramo de olaria.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna entre seus parentes e amigos, dentre eles este parlamentar.

Pedro Solera foi vereador em São Carlos do Ivaí, de 1989 a 1992; e vice-prefeito de 1993 a 1996. Também foi presidente do Sindicato Rural de 1978 a 1994.

Sua família, a família que adorava, despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas, tal é a condição humana: viver, lutar e morrer.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagens que lhe devemos.

Nunca se acovardou ante o perigo, nunca cedeu às injunções do medo, nunca tergiversou com o dever, nunca duvidou da justiça.

Descanse, pois, valente lutador.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Solera, endereçando a ela votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 803

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do ex-deputado estadual, Lineu Mansani Turra, ocorrido dia 11.04.2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 76 anos de idade, faleceu o ex-deputado Lineu Mansani Turra, que deixou viúva dona Geni Mansani Turra, 02 filhos e 06 netos.

Lineu Mansani Turra era advogado, residente em Palmeira onde iniciou sua carreira jurídica, vindo em

seguida a exercer o cargo de Promotor Público na Comarca de Teixeira Soares. Em 1958 disputou uma vaga na Assembléia Legislativa pelo PTB. Derrotado, voltou à política. Foi eleito deputado estadual pelo MDB e depois pelo PMDB, exercendo a função de 1975 a 1983. Foi diretor administrativo-financeiro da Cohapar no governo José Richa e presidente da Famepar, no governo Álvaro Dias. Era tio do ex-deputado estadual e hoje, procurador da Fazenda Nacional, Luiz Henrique Bona Turra e irmão de Laudemir Turra ex-prefeito municipal de Corbélia e ainda parente do atual prefeito de Palmeira, Mussoline Mansani.

Em outubro de 1980, quando do falecimento do deputado Domício Scaramella, que era 2º Secretário da Comissão Executiva, Lineu Mansani Turra foi eleito para concluir o mandato de 2º Secretário.

O passamento do ex-deputado Lineu Mansani Turra veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos e correligionários, entre eles este parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Lá onde está, poderá ter a certeza de que sabermos ser os seus continuadores na luta pelo ideal.

Descansa pois, amigo Lineu, e aceite as nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso para que lhe dê o merecido repouso.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Mansani Turra, endereçando a ela votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 804

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de pesar à família Turra, pelo falecimento do companheiro Lineu Mansani Turra, ocorrido no último dia 11 de abril, no município de Palmeira - PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família enlutada, à Rua Vicente Machado, 376, CEP 84130-000, Palmeira - PR.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu na noite do dia 11 de abril, vítima de enfarte, no município de Palmeira-PR, o advogado Dr. Lineu Mansani Turra. Deputado pelo MDB e PMDB de 1975 a 1983, integrava a ala autêntica da Oposição aos governos militares. Na Assembléia Legislativa do Paraná, notabilizou-se pelo domínio técnico do Regimento

Interno e sua utilização em manobras destinadas a desarticular e desorientar a então maioria de parlamentares da Arena.

Começou sua vida pública como advogado no município de Palmeira, vindo em seguida a exercer o cargo de promotor público na Comarca de Teixeira Soares. Em 1958, disputou pelo PTB a cadeira de deputado Estadual, experiência que lhe deu as bases das futuras eleições pelos municípios de Palmeira, São João do Triunfo, Teixeira Soares, Rebouças, Rio Azul, Mallet, Inácio Martins, Braganey e Corbélia. No governo José Richa, exerceu o cargo de diretor administrativo-financeiro da Companhia Habitacional do Paraná - Cohapar e no governo Álvaro Dias a presidência da Fundação de Assistência aos Municípios - Famepar.

REQUERIMENTO Nº 795

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações aos doutores Luiz Francisco Fontoura e João Zaions Júnior, pela posse como procuradores de Justiça do Estado do Paraná, a ser realizada no dia 18 de abril, no Palácio da Justiça, em Curitiba-PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos doutores Luiz Francisco Fontoura e João Zaions Júnior, através de correspondências a serem encaminhadas à Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 796

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de São José das Palmeiras - PR, pela comemoração do 17º aniversário de emancipação política do município.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito, Sr. José Néri Chagas, ao vice-prefeito, Gilberto Salvador e à presidente da Câmara Municipal, vereadora Guisla Salvador, por meio de correspondências a serem encaminhadas à Prefeitura Municipal e à Câmara Municipal de São José das Palmeiras - PR.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 797

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, desembargador

Roberto Pacheco Rocha, pela inauguração do Fórum Eleitoral de Ponta Grossa, a ser realizado dia 19 de abril, em Ponta Grossa - PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao desembargador Roberto Pacheco Rocha, através de correspondência a ser encaminhada para o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 811

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações ao membros da ASPP - Associação dos Servidores Públicos do Paraná - eleitos no dia 14 de abril de 2002.

Foi eleito presidente Brasil Paraná de Cristo e são membros efetivos os senhores: Altair Pissaia, Álvaro Miguel Rychuv, Amadeu Renato Negrão Candeu, Antônio Bento de Aquino, Antonio C. Giordano Todeschi, Carlos Roberto Martins de Lima, Daniel Toshiaki Matsueda, Ezequias Moreira Rodrigues, Geraldo Atsumi Yamada, Hudson Jesus da Silva, Iolare Catarino Santiago, Itacy de Amoedo Canto, José Carlos Rodrigues Dias, Lauri Dall'Agnolo, Luiz Antônio Machado, Marino da Silva Saldanha, Murillo Bastos Pacheco, Nilson Elias Julião, Oscar Antônio Klos e Renê Miranda.

São membros suplentes os senhores: Carleones Romão Batista, Duque Wilson Cores, Edson Roberto de Almeida Torres, Francisco Xavier de Oliveira Filho, Isaías Seade, Luiz Guilherme Moreira, Mauro Rodinski, Osiris Brito, Paulo Gomes e a senhora Liette Sávio Perretto.

Esses são os membros que formam a chapa Justiça e Trabalho, e vêm trabalhando dia após dia para trazer maiores benefícios aos associados da ASPP. A Farmácia do Servidor é uma prova desse trabalho e dessa dedicação. Lá os associados podem encontrar remédios a preço de custo com um bom atendimento e grande variedade.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 815

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação dos Servidores Públicos do Paraná - ASPP, pela vitória da chapa Justiça e Trabalho, na eleição da instituição.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores Públicos do Paraná - ASPP passou em data de ontem (14.04.2002) por mais uma eleição, tendo sido a ganhadora a Chapa Justiça e

Trabalho, que tendo como seu presidente o Sr. Brasil Paraná de Cristo, dará continuidade ao exemplar trabalho que vem realizando na instituição nos últimos anos.

A nova diretora, eleita para os próximos três anos, ficou assim composta:

Presidente: Brasil Paraná de Cristo

Efetivos: Altair Pissaia, Álvaro Miguel Rychuv, Amadeu Renato Negrão Candeu, Antônio Bento de Aquino, Antonio C. Giordano Todeschi, Carlos Roberto Martins de Lima, Daniel Toshiaki Matsueda, Ezequias Moreira Rodrigues, Geraldo Atsumi Yamada, Hudson Jesus da Silva, Iolare Catarino Santiago, Itacy de Amoedo Canto, José Carlos Rodrigues Dias, Lauri Dall'Agnolo, Luiz Antônio Machado, Marino da Silva Saldanha, Murillo Bastos Pacheco, Nilson Elias Julião, Oscar Antônio Klos e Renê Miranda.

Suplentes: Carleones Romão Batista, Duque Wilson Cores, Edson Roberto de Almeida Torres, Francisco Xavier de Oliveira Filho, Isaías Seade, Liette Sávio Perretto, Luiz Guilherme Moreira, Mauro Rodinski, Osiris Brito e Paulo Gomes.

Pela vitória da chapa Justiça e Trabalho, recebam todos os eleitos da ASPP os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 816

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de Bocaiúva do Sul, pela comemoração de seus 131 anos.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O município de Bocaiúva do Sul comemorou em data de 12 de abril seus 131 anos.

Quando do descobrimento e povoação dos Campos de Curitiba, já existia no planalto uma localidade chamada Arraial Queimado, denominação devido a um devastador incêndio ocorrido na região. Nesse lugar, mais tarde, surgiu a cidade de Bocaiúva do Sul. O povoamento da cidade efetivou-se pelo trabalho desenvolvido por Manoel José Cardoso e sua família, que era numerosa, além de outras que a esta veio se juntar. Em 1870 o povoado foi elevado à categoria de Freguesia e em 12 de abril de 1871 foi criado o município de Arraial Queimado, com território desmembrado de Curitiba. Em 14 de julho de 1932 o município foi extinto, sendo restaurado em 16 de março de 1934. A atual denominação data de 11 de janeiro de 1890, em homenagem a Quintino Bocaiúva.

Seus habitantes, os bocaiuenses, são pessoas ordeiras e trabalhadoras. Distantes 40 quilômetros da Capital do Estado, não se intimidam pela cidade grande - fazem o melhor para ver sua Bocaiúva do Sul crescer e tornar-se independente e altaneira. Prova disso são as audaciosas idéias e projetos de seu atual prefeito munici-

pal - Elcio Berti, que muito tem feito para chamar a atenção das pessoas sobre a cidade. Seu trabalho tem dado os melhores resultados, pois o município, apesar de todas as dificuldades é um exemplo para o Sul do Estado; dedicação e empenho enchem os olhos de seus orgulhosos filhos que a vêem crescer a cada dia.

REQUERIMENTO Nº 812

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de parabenização à Sociedade Rural do Paraná, pelo sucesso da 42ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Avenida Tiradentes 6275 - CEP.: 86072-360 - Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 789

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, solicitando providências no sentido de realizar obras de recuperação da Estrada Municipal do projeto Caminhos do Saber que liga o município de Entre Rios do Oeste-PR, às localidades de Vista Alegre - Linha Divisa e Volta Gaúcha.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade solicitar providências no sentido de recuperar a estrada que liga o município de Entre Rios do Oeste às localidades de Vista Alegre/Linha Divisa e Volta Gaúcha, que, devido à má conservação, encontra-se em estado precário, tornando o trânsito impraticável.

Esta solicitação é de extrema importância devido ao elevado fluxo de veículos que diuturnamente trafegam na estrada possibilitando o escoamento de produtos da região e facilitando o deslocamento da população.

REQUERIMENTO Nº 799

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, solicitando providências no sentido de realizar obras de recuperação da Estrada Municipal do projeto Caminhos do

Saber que liga a Vila Bela Vista ao Distrito de Iguaporã, no município de Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade solicitar providências no sentido de recuperar a estrada que liga a Vila Bela Vista ao Distrito de Iguaporã, no o município de Marechal Cândido Rondon-PR, que devido à má conservação, encontra-se em estado precário, tornando o trânsito impraticável.

Esta solicitação é de extrema importância devido ao elevado fluxo de veículos que diuturnamente trafegam na estrada possibilitando o escoamento de produtos da região e facilitando o deslocamento da população.

REQUERIMENTO Nº 800

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, solicitando providência na recuperação das obras de pavimentação da Estrada Municipal do projeto Caminhos do Saber que liga Alto Santa Fé à sede do município de Nova Santa Rosa.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade reiterar o pedido, já solicitado no ano passado, para a recuperação da Estrada Municipal que liga Alto Santa Fé à sede do município de Nova Santa Rosa, que, devido a má manutenção corre-se grandes riscos de perder a estrada.

Esta solicitação é de extrema importância devido ao elevado fluxo de veículos que diuturnamente trafegam na estrada possibilitando o escoamento de produtos da região e facilitando o deslocamento da população.

REQUERIMENTO Nº 801

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, solicitando providências no sentido de realizar obras de recuperação da Estrada Municipal do projeto Caminhos do Saber que liga o município de Quatro Pontes-PR à localidade de Flor da Serra.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade solicitar providências no sentido de recuperar a estrada que liga o município de Quatro Pontes à localidade de Flor da Serra, que, devido à má conservação, encontra-se em estado precário, tornando o trânsito impraticável.

Esta solicitação é de extrema importância devido ao elevado fluxo de veículos que diuturnamente trafegam na estrada possibilitando o escoamento de produtos da região e facilitando o deslocamento da população.

REQUERIMENTO Nº 813

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. José Tavares da Silva, secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, solicitando a destinação de mais quatro viaturas para as polícias Civil e Militar no município de Colombo.

Justifica-se tal solicitação, atendendo a população colombense, que clama pela melhoria da segurança pública em todo o município, motivo pelo qual é mister a destinação das viaturas solicitadas, dando melhores condições de trabalho aos policiais da região.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 814

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. José Tavares da Silva, secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, solicitando a destinação de, no mínimo, mais 20 (vinte) policiais militares para aumentar o efetivo da Polícia Militar de Colombo, que atende uma população de cerca de 189.610 habitantes.

Justificamos tal solicitação, atendendo a reivindicação da comunidade colombense, que clama por melhorias na área de segurança pública, tendo em vista que a população colombense conta com um efetivo de 50 homens, sendo em média um policial para cada 3.800 habitantes, o que torna o trabalho policial ostensivo praticamente inviável, sendo necessário o reforço do efetivo para um melhor atendimento à comunidade, vem que a criminalidade tem aumentado significativamente em toda região.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 819

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário da Casa, sejam solicitadas as providências de S. Exa. o Sr. Miguel Salomão, secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, para realização de cur-

sos de qualificação de mão-de-obra para Serviços Humanos, Guia Turístico, Culinária, Jardinagem, Limpeza Pública, Instalação Elétrica e Hidráulica, Mecânica de Barcos e Navegação dos municípios banhados pelas represas de Xavantes, Canoas I e II, Capivara e Taquaruçu.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A construção dessas represas, no Rio Paranapanema, alagou milhares de hectares de terras férteis e agrícolas de nosso Estado.

Os municípios que tiveram áreas alagadas perderam parcela de sua renda e muitos empregos.

Há, no entanto, uma alternativa para a geração de riquezas: - o Turismo.

A participação do Estado é indispensável para que isso aconteça com maior rapidez, proporcionando os cursos enumerados no texto do requerimento, a fim de que as cidades se preparem para essa nova atividade econômica que é o turismo, como uma alternativa importante para o desenvolvimento sócio-econômico dessas regiões.

REQUERIMENTO Nº 818

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário da Casa, seja solicitada a S. Exa. o Sr. Wilson Soares Justus, secretário de Estado dos Transportes, a seguinte informação: há algum projeto dessa Secretaria para a construção de estrada no Norte Pioneiro para interligar os municípios de Sengés - São José da Boa Vista - Santana do Itararé - Salto do Itararé - Carlópolis - Ribeirão Claro - Jacarezinho? Em caso positivo, em que estágio o mesmo se encontra?

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) HERMES FONSECA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 216/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os créditos tributários relativos ao ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços- vencidos até 28 de fevereiro de 2002, ajuizados ou não, poderão ser pagos em parcela única ou em até 100 (cem) vezes desde que o pagamento do imposto, monetariamente atualizado, seja efetuado integralmente até 30 de setembro de 2002, ou o requerimento para parcelamento seja protocolado até esta data, concedendo-se a dispensa total da multa e seus acréscimos, e a dispensa dos juros nas seguintes proporções:

I - para pagamento integral, em única parcela, com dispensa integral dos juros;

II- para pagamento parcelado:

- a - em até 12 parcelas, com dispensa de 80% (cinquenta por cento) do valor dos juros;
- b - de 13 a 24 parcelas com dispensa de 50% (quarenta por cento) do valor dos juros;
- c - de 25 a 50 parcelas, com dispensa de 30 (trinta por cento) do valor dos juros;
- d - de 51 a 75 parcelas, com dispensa de 20% (vinte por cento) do valor dos juros;
- e - de 76 a 100 parcelas, com dispensa de até 10% (dez por cento) do valor dos juros.

§ 1º - O valor das parcelas não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do faturamento médio mensal do estabelecimento do sujeito passivo, no exercício de 2001, nem a R\$100,00 (cem reais) devendo a primeira parcela ser paga até 30 de outubro de 2001 e as demais até o último dia dos meses subsequentes.

§ 2º - Para os efeitos desta lei, os juros de mora, vencidos e vincendos, serão calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração, não cumulativos.

§ 3º - Estando o crédito tributário ajuizado para cobrança executiva, deverá o pedido de parcelamento ser instruído com recibo do pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios.

§ 4º - O parcelamento será automático revogado na hipótese de ocorrer inadimplência de 6 (seis) parcelas consecutivas ou não, e importará exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios desta lei apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

Art. 2º - O disposto no artigo anterior se aplica, no que couber, aos contribuintes que espontaneamente, até 30 de setembro de 2002, mediante requerimento, reconhecer infração relativa a fatos geradores ocorridos até 28 de fevereiro de 2002.

Art. 3º - Ficam cancelados os créditos tributários em que não haja exigência do imposto ou de sua atualização monetária.

Art. 4º - Esta lei aplica-se no que couber ao IPVA - Imposto sobre veículos automotores e ao ICMD - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação - vencidos até 31 de dezembro de 2002, desde que pagos em uma única parcela.

Art. 5º - O Poder Executivo, em 15 dias contados a partir da vigência desta lei, estabelecerá os procedimentos administrativos para o processamento dos pedidos de parcelamento e para os cancelamentos dos créditos tributários de que trata a presente lei.

Art. 6º - Esta lei aplica-se aos casos de dívidas já objeto de parcelamento e que por falta de pagamento foram objeto de rescisão e também aqueles que, em 28 de

fevereiro de 2002 contavam com mais de 6 (seis) meses em atraso.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Luiz Accorsi, Tony Garcia, Luiz Carlos Alborghetti, Carlos Simões, Cezar Seleme e Moysés Leônidas.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa estimular milhares de contribuintes à regularização de sua situação perante o fisco. Ela não ofende a Lei de Responsabilidade Fiscal pois a tendência do crescimento da Receita, anunciada pelo fisco, compensa os valores que se propõe dispensar.

Quanto à sua constitucionalidade e aspectos legais, lembramos que esta proposição tem conteúdo semelhante a outras propostas aprovadas e sancionadas nos mais diversos governos, guardando relação de similaridade inclusive com as últimas leis que trataram da matéria e que foram defendidas inclusive pelo então secretário da Fazenda. Lembramos, ainda, que quanto ao ITCMD e IPVA, o Estado tem competência plena para tratar da matéria.

Lembramos, por fim, que ele visa trazer para os cofres do Estado dinheiro que sem este incentivo certamente o Estado jamais receberá.

Portanto, não há que se falar em perdas, pelo contrário, trata-se de medida que trará para o Tesouro recursos que de outra forma o Estado não receberia.

PROJETO DE LEI Nº 217/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Santa Casa de Misericórdia de Siqueira Campos com sede e foro no município de Siqueira Campos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.04.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Santa Casa de Misericórdia de Siqueira Campos, que tem realizado excelente trabalho de atendimento à comunidade do município de Siqueira Campos e de toda a região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 218/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a social obra missionária - Os Atalaia Missionários da Última Hora - OMAMUH, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.0.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a social obra missionária - Os Atalaia Missionários da Última Hora, que tem realizado excelente trabalho de atendimento à comunidade do município de São José dos Pinhais e de toda a região na propagação do Evangelho de Cristo e em obras sociais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 219/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Beneficente encontro com Deus, com sede e foro na cidade de Curitiba- Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.2002

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente Encontro com Deus, que ora encaminha para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada no dia 19 de maio de 2000, registrada sob o nº 7095 do livro A1, do 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Curitiba, Estado do Paraná, e cadastrada no CNPJ sob o nº 03.858.312/0001-29, tendo por objetivo o desenvolvimento de projetos e programas de atendimento nas áreas de assistência social, educacional e cultural, estando a mesma em pleno funcionamento cumprindo suas finalidades estatutárias.

A Associação em epígrafe, além de desenvolver seus objetivos, também coopera com órgãos públicos, entidades congêneres e demais segmentos organizados da sociedade, no desenvolvimento de programas de interesse comunitário, especialmente aqueles voltados às áreas da assistência social, da educação, da cultura, do esporte e do lazer.

Face ao exposto, e considerando que a instituição em apreço além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública por esta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, senhores deputados.

Estou usando hoje a tribuna para deixar consignado na Casa o êxito absoluto que a cidade de Londrina - o Paraná - teve com a 42ª Exposição Agropecuária Industrial.

Durante uma semana, até com a complacência do tempo e da temperatura - tivemos uma semana inteira sem chuvas -, essa exposição tornou-se a maior e a mais importante do Brasil e em caráter internacional. Tivemos na sexta-feira, 153 mil pessoas pagantes - fora as que não pagam, inclusive crianças. No sábado, 110 mil pagantes. A exposição está encerrando com um média de mais de 100 mil visitantes por dia.

Foi muito bom para o agronegócio, para o público. A cidade ganha muito com isso. Na entrevista que dei hoje de manhã, disse que a exposição é importante porque ela favorece do hoteleiro ao sorveteiro.

E dizer mais: que para o próximo ano a exposição deixa de ser apenas agropecuária para ser também ligada à indústria. Temos na cidade do deputado Waldyr Pugliesi, em Arapongas, o sucesso total que é anualmente o encontro da indústria moveleira. Nos anos anteriores, inclusive no ano passado, enquanto a exposição de Londrina - grande nos seus negócios - chegou a movimentar em torno de 22 milhões, só a exposição de móveis de Maringá passou de 120 milhões. Tem um significado muito grande.

Quero aqui, como representante de Londrina, deixar consignado o reconhecimento, da satisfação nossa, enquanto paranaense e também dizer que os negócios lá realizados puderam expor os seus produtos, elevar o Paraná que tem tido a sorte nessa fase que estamos vivendo, de grande desenvolvimento.

Quero parabenizar aqui publicamente a diretoria da Sociedade Rural do Paraná. E também agradecer ao Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura, do secretário Deni Schwartz, que desembolsou 200 mil reais para ajudar esse grande evento, que sem dúvida é o maior que o Norte do Paraná tem.

Apesar do deputado Alborghetti não poder ficar lá o dia todo, os seus auxiliares lá estiveram mostrando o popular "Cadeia". E quero dizer ao deputado que ontem, mais de 150 mil pessoas passaram por lá e puderam ver V. Exa.

Então, senhor presidente, quero cumprimentar mais uma vez a diretoria toda da Sociedade Rural, e dizer

que há um reconhecimento da nossa parte, do muito que tem ajudado a divulgação, sobretudo do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero fazer dois registros de suma importância nesta segunda-feira, muito embora tivesse outros tantos afazeres, como lamentar o alto índice de violência que se verificou em Curitiba nesse final de semana, com muitos assassinatos, mortes no trânsito.

Um fato triste e lamentável, que vitimou um estudante de Direito e bancário, que fora assaltado na semana passada, e salvo pelo seu celular, mas que nessa semana voltou a ser assaltado. Em menos de uma semana, foi assaltado duas vezes. Salvo na primeira, e perdeu a vida no segundo assalto.

Este é o retrato da violência que se registra no dia-a-dia desta cidade, da região metropolitana e que lamentavelmente, não se vê uma ação mais efetiva por parte dos meios de segurança pública do Estado do Paraná. Parece-me que estão mais preocupados em discutir a questão da lavagem do dinheiro e esquecem de discutir a preservação de vidas que são ceifadas no dia-a-dia da violência desta cidade.

Mas, senhor presidente, venho aqui também para dizer da satisfação de, na última sexta-feira, representar V. Exa. e esta Casa quando da posse da desembargadora Conchita Toniolo, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Lá estivemos presentes, uma solenidade muito importante, que sem dúvida alguma leva para o quadro de desembargadores, a terceira mulher escolhida no Estado do Paraná, e a figura da desembargadora Conchita Toniolo dispensa comentários pela sua atuação, por diversas comarcas onde passou no interior do Estado do Paraná e certamente, vai ali desempenhar um bom trabalho em nome da justiça e em especial para aqueles mais necessitados.

Mas também queria registrar hoje, especialmente aos servidores públicos do Estado do Paraná, e aqueles que são funcionários nesta Casa, que são associados da Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, a nossa ASPP, que reúne aproximadamente 50 mil associados neste Estado. E tivemos, no último domingo, as eleições para mais um período à frente da ASPP. Um trabalho extraordinário que vem fazendo a atual diretoria, presidida por Brasil Paraná de Cristo, a ASPP, os seus associados referendaram mais uma vez o nome desse presidente. Da sua nova diretoria, do seu novo conselho deliberativo fiscal, para que por mais três anos fique à frente dessa entidade, que mereceu o seu trabalho, com transformações, com construções, com obras importantes

como: o ginásio de esportes de Santa Quitéria, a piscina térmica lá construída, a sede campestre e de lazer em Guaratuba, em Caiobá.

E na última quinta-feira ainda, a inauguração da Farmácia do Servidor. Uma farmácia aonde o associado da ASPP adquire o remédio pelo preço de custo. Sem nenhum acréscimo, esse servidor público consegue o seu medicamento a preço de custo.

Todos esses benefícios foram dados aos associados da ASPP.

E, em razão de todo esse trabalho sério, competente, realizado por essa diretoria da ASPP, que tem à frente Brasil Paraná de Cristo, é que a chapa "Justiça e Trabalho" acabou sendo a grande vencedora do pleito realizado ontem, muito embora tenhamos constatado a baixaria praticada pela Oposição, composta em sua maioria por funcionário da Prefeitura Municipal de Curitiba. Alguns elementos ligados à Polícia Militar, mesmo assim apelando de uma forma realmente lamentável e até com apoio de um, hoje presidente de um time de futebol, de um clube de futebol aqui em Curitiba; de um presidente de um partido político aqui no Estado do Paraná, com o dinheiro que foi aplicado e que foi colocado em cima, nem isso foi suficiente para derrotar a boa administração feita por Brasil Paraná de Cristo que venceu 2.383 votos para a Chapa Justiça e Trabalho, contra 1.110 votos da Chapa de Oposição. Prevaleceu o bom-senso, a responsabilidade dos associados que reconheceram no trabalho desta atual diretoria, que se renova por mais três anos à frente da ASPP, a importância das obras que estão sendo realizadas e do atendimento que é dado ao servidor público do Estado do Paraná associado da Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

Então seriam, senhor presidente, esses dois registros que eu queria fazer; da posse da Dra. Conchita Toniolo na última sexta-feira; e ontem a eleição que referendou Brasil Paraná de Cristo à frente da ASPP, a Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhora deputada e senhores deputados.

Na quinta-feira, deputados representando esta Assembléia estiveram no recinto da Sociedade Rural do Paraná, onde se realizava uma das maiores feiras deste País, a Feira Agroindustrial de Londrina que, por sinal, já aqui registrado pelo deputado Moysés Leônidas. Foi um sucesso e não só um sucesso de público, mas um sucesso de venda, de atividade, de demonstração de condições técnicas e, sobretudo, de resultado de pesquisa que os órgãos Iapar, Embrapa, Emater têm feito em prol da agropecuária e do agronegócio em nosso Estado. Mostrou

mais uma vez, Londrina, que é a Capital do Norte do Estado e reúne, através das suas forças econômicas, políticas e classistas, oportunidade de realizar um dos maiores eventos que o Paraná conhece, e porque não dizer o maior evento que o Paraná conhece neste segmento do agronegócio.

Foram dias em que tivemos, do dia 04 ao dia 14, uma movimentação intensa de pessoas, de lideranças, de produtores e de autoridades. Lá o contraste foi bem diferente do que vive o Paraná! Foi o contraste da organização, da limpeza, foi o contraste de um recinto, deputado Anibelli, em que parecia de primeiro mundo pela limpeza, pela organização, pelo controle que lá exerciam as pessoas que coordenaram esse grande evento.

Está de parabéns o Francisco Galli e toda a sua equipe, e está de parabéns o Paraná, porque teve oportunidade de apresentar um pouco do que é a força da nossa gente, das nossa atividade, e congregando outras tantas regiões do Estado.

Mas também não só foi de autoridades. Lá estiveram os deputados Orlando Pessuti, Miltinho Pupio, Hermes da Fonseca, Antonio Carlos Belinati, este deputado que vos fala, deputado Hermas Brandão na condição de presidente e coordenando a audiência pública em que foi lançado o Selo do Café. Teve a oportunidade, o senhor presidente da Assembléia de lá também fazer um pronunciamento junto com o deputado Moysés Leônidas, que lá também se fez presente naquele momento, onde foi dado conhecimento aos cafeicultores, aos torrefadores, da promulgação da Lei nº 13.519/2002, que exige o selo, que vai se transformar, com certeza, no primeiro passo, no primeiro degrau para que tenhamos no nosso produto, o café, o termo de qualidade, um termo de conhecer sobretudo o que o cidadão consumidor está adquirindo, está comprando, está levando para a sua casa. No rótulo vai fazer constar, deputado Anibelli, V. Exa. que não é da região de cafeicultores, mas com certeza aprecia, vai trazer a bebida, o tipo e a liga que contém o invólucro do café. E isso mostra que estamos aprendendo, olhando um pouco o que acontece com o nosso vizinho do Norte, a Colômbia, que fez do café o seu produto de qualidade, porque deu a ele a condição de estar aí.

Para concluir, senhor presidente, estivemos lá, os deputados, só para a questão do café. Lá também estive o deputado Cezar Silvestri, acrescentando essa equipe, no dia seguinte, junto com os demais outros senhores deputados mencionados, e sob a liderança do deputado Orlando Pessuti - que preside a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, com enfoque mais especial à questão do leite -, onde fomos prestar contas à sociedade, aos pecuaristas, e especialmente ao ramo leiteiro, do que fizemos e do que estamos fazendo.

Compareceram também deputados componentes da Comissão de Inquérito da nossa congênere do Paraná, Goiás e de Minas Gerais. Fizeram um relato do que já foi possível avançar com relação à CPI nos seus Estados, como bem fez também o deputado Cezar Silvestri, um

relato sintético do que já foi possível avançar e as providências que estaremos tomando a partir de amanhã, em uma audiência junto com o deputado relator da Comissão Nacional da Câmara Federal, com relação à CPI do Leite, deputado pelo Paraná, Moacir Michelleto, para na data do dia 17, estarmos em entrevista com o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, levando as mesmas preocupações e parcelas das conclusões já chegadas com as CPI's dos outros Estados: Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

É este, senhor presidente, o registro que desejo fazer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo mais oradores no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Horário das Lideranças: PL, PSC, PSD.

(**Declinam**)

PDT. Com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

Queremos, antes do nosso deputado Luiz Carlos Zuk usar da palavra, anunciar a presença do prefeito em exercício, de Cândia, Cezar Antonio; dos vereadores Aurimar e Hércules.

Nossas boas-vindas aos nossos ilustres visitantes.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Em uma das últimas Sessões da semana passada, aqui tivemos a presença de parte da Educação do nosso Estado, quando se referia ao decreto da nossa secretária. Na oportunidade diversos senhores parlamentares discordavam, como nós discordamos, da maneira pela qual esse decreto escolhe as direções escolares - nunca de encontro com a razão maior que é o aluno, o pai do aluno e o professor da escola. Testemunho é, senhor presidente, a presença desses jovens nesta tarde numa faixa que diz "Queremos Dilma na direção", assinado, pais e alunos da Cecília Meirelles.

São dezenas e centenas de escolas no Paraná ou quase a totalidade que são contra a maneira pela qual esse decreto faz com que algumas professoras ou professores sejam escolhidos nas direções aonde não conseguem uma maioria e aonde, através desse decreto, conseguem os votos para chegar no cargo de diretor.

Queremos senhor presidente, senhores deputados, que o governador faça como fez no passado quando daquele decreto das APAE's, das escolas especiais do Paraná quando esta mesma Secretaria pisou na bola e mais uma vez o governador numa medida altruísta, fez com que o decreto fosse revogado, como desejamos. Que esta Casa também seja testemunha deste pedido para ficar nos Anais; que o governador tenha a mesma posição de grandeza revogando o famigerado decreto, da escolha de diretores das escolas públicas do nosso Estado.

Tenham professores presentes, pais de alunos, o empenho da nossa bancada do PDT, como também, acredito, da maioria desta Casa, somada à bancada do povo, bem como alguns parlamentares que entendem que uma maioria, uma vontade deve ser respeitada e não por voto qualificado do núcleo de educação.

Tenham vocês a certeza que este protesto, além de marcar nesta Casa, terá o apoio de um pedido ao governo do Estado, para que ele revogue esse decreto que não é bom para a educação e muito menos para o governo do Paraná.

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PT com a palavra. Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, convidados que hoje nos visitam, sejam bem-vindos. Também recebemos hoje a presença da diretora eleita da Escola Cecília Meirelles, acompanhada da ex-diretora, a Sra. Natália e a professora Dilma que foi a vencedora do processo eleitoral que aconteceu no final do ano passado.

Eu tenho acompanhado o processo administrativo envolvendo a intervenção da Secretaria da Educação na Escola Cecília Meirelles que se situa no Bairro Alto aqui na nossa cidade. Estive em reunião com a secretária de Educação e sua equipe. A Comissão de Educação ouviu a professora Dilma, a Assembléia Legislativa, o Plenário da Assembléia também teve oportunidade de escutá-la, através desta tribuna e fomos surpreendidos agora recentemente por dois fatos: - primeiro, relativo à Justiça do Estado do Paraná. A decisão do Poder Judiciário foi de acatar um pedido de liminar garantindo a posse da professora Dilma no processo de eleição de diretores na escola, posse essa suspensa por uma intervenção patrocinada pela Secretaria da Educação. Agora, a notícia mais recente é de que a professora Dilma e a professora Natália, ex-diretora, foram suspensas preventivamente das suas funções pela secretária da Educação.

E o que é grave nesse processo é porque numa reunião da Comissão de Educação com a secretária, eu estive presente, e os deputados Algaci Tulio, José Maria Ferreira, Duílio Genari e Chico Noroeste estiveram presentes também. Alguns deles tiveram que se ausentar, antes do término da reunião.

Para que os deputados tomem conhecimento, após a saída dos senhores, como era do entendimento da secretária, a reunião ouviu algumas partes do processo envolvido.

Por exemplo, em relação aos professores, à Escola Lysímaco Ferreira da Costa, que também tem uma intervenção, estava um grupo de pessoas prestando depoimento, junto à comissão e à secretária, a respeito dessa intervenção. Ouvimos, primeiro, os pais, depois, a Associação de Pais e Mestres, os professores e, por fim, discutimos com a secretária, o encaminhamento que estava

sendo dado às questões da intervenção na Escola Lysímaco.

Ouvimos também, em relação ao Cecília Meirelles e quando chegou na hora da reunião, alguns pais que estavam presentes. E os que são a favor da intervenção na escola Meirelles, que fizeram alguma denúncia, ou professores que estavam a favor da intervenção, se manifestaram na reunião, na minha frente e na frente da secretária. Pais, que são contra a intervenção, nenhum deles estava presente na reunião. Então, apenas uma parte da história estava presente na reunião.

Essa reunião foi gravada por uma câmera de televisão da Secretaria da Educação. Ficou um cinegrafista filmando a reunião o tempo inteiro - o deputado José Maria Ferreira lembra-se disso. Nessa reunião, a respeito da Escola Cecília Meirelles, com os professores, mais ou menos uns sete ou oito, três ou quatro deles, manifestaram queixas a respeito das professoras Dilma e Natália, que é ex-diretora. Uma disse que a escola era mal cuidada. Outra disse que os alunos não frequentavam as aulas. Outra disse alguma coisa a respeito da cantina, de cesta-básica, de merenda escolar. Queixas foram levantadas por parte de professores que são a favor da intervenção, que estavam apoiando a outra chapa, a outra diretora, que inclusive estava presente na reunião. Outros professores, que estão do lado da professora Dilma, que ganhou a eleição, contraditaram, dizendo: "Não, não é verdade. Não é bem assim. Isso nunca aconteceu. Desconheço esse tipo de coisa".

Só para vocês terem uma idéia, a intervenção se dá por uma peça de acusação, no seu início, no mês de dezembro, porque acusam a professora Dilma, que ela teria feito campanha a menos de 100 metros da escola, e que um caminhão de som esteve circulando no bairro, pedindo votos para a diretora. Como o decreto proíbe propaganda, entraram com um pedido de anulação por essa razão.

Esse é o pedido da intervenção - é a base, vamos dizer assim, jurídica -, de não dar posse à professora Dilma. A partir desse ato - isso foi em dezembro -, muita coisa já aconteceu.

Fiquei sabendo, agora, deputado José Maria, que a Secretaria da Educação está utilizando aquela filmagem, da reunião com o presidente da Comissão de Educação e com os seus membros, com os depoimentos de professores, naquela reunião com a secretária, para justificar a suspensão administrativa, preventiva, dos professores citados.

Então acho que as coisas estão perdendo um pouco o controle, do ponto de vista daquilo que talvez fosse para ser resolvido com um pouco de bom senso, um pleito eleitoral numa escola da cidade de Curitiba inteira. Acho que a secretária está perdendo o controle e está exorbitando um pouco das suas funções.

Conversei com o presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão, para que entre em contato com a secretária e especificamente a respeito desse processo da

Escola Cecília Meirelles, que a Assembléia Legislativa possa intermediar uma solução para evitar o mal maior do ponto de vista daquilo que nós queremos para a comunidade lá do Bairro Alto, e fundamentalmente para a Escola Cecília Meirelles. O deputado Hermas Brandão disse que vai tomar, pelo menos me afirmou agora, estava junto com o vereador Ricardo Gomide, que também tem acompanhado junto com outros vereadores essa questão lá do Bairro Alto.

É preciso dizer que tem uma decisão da Justiça, sobre a primeira motivação da intervenção, dando uma posição favorável ao diretor da escola e sobrepõe agora uma decisão administrativa da escola: quando soube da decisão da Justiça suspendeu as professoras Dilma e Natália.

Não quero entrar em nenhum julgamento porque estou aqui dando um relato enquanto presidente da Comissão de Educação, mas aparentemente por tudo que eu tenho de conhecimento, aparentemente as coisas estão fugindo do controle.

Concedo um aparte ao deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano

Deputado Vanhoni, agradeço a sua permissão de fazer um aparte ao seu pronunciamento, e eu também não quero fazer nenhum pré-julgamento.

V. Exa. colocou com muita cautela o assunto; somos conhecedores de uma decisão da Justiça, permitindo que a diretora assumisse a direção daquela escola, mas, posteriormente a isso, houveram alguns fatos que fizeram com que a intervenção da secretária da Educação acontecesse, em função de algumas denúncias de irregularidades que ocorreram naquele estabelecimento de ensino. Em função disso, formou-se uma comissão de processo administrativo disciplinar que apresentou um relatório à secretária da Educação, e exatamente em função disso é que se tomou essa decisão de suspendê-las preventivamente por 30 dias.

Eu não vou fazer nenhum pré-julgamento, mas tenho aqui um relatório que afirma que as professoras estão sendo acusadas de prática de atos de insubordinação, ilícitos administrativos, falsificação de assinaturas, desobediência a práticas pedagógicas, ingerência na atuação da Associação de Pais e Mestres, não prestação de contas de recursos, descumprimento de normas estabelecidas no processo eleitoral, infração aos estatutos legais da categoria.

Portanto, acho que é melhor neste instante nós termos cautela até para que se apure a veracidade desse relatório da comissão que encaminhou à secretária da Educação, que não tinha outra medida, a não ser tomar essa providência preventivamente até no sentido de manter o zelo público, já que existe essa denúncia.

Eu não quero fazer nenhum pré-julgamento, estou apenas fazendo aqui um relato que me foi encaminhado pela secretária da Educação, dos fatos que estão ocorrendo nesse estabelecimento de ensino.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado Ademar Traiano, o senhor é meu colega aqui, deputado junto comigo, já eu, estou pelo segundo mandato. Eu respeito o senhor, o senhor me respeita.

O Sr. Ademar Traiano

Com certeza, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não só como pessoa, mas também como parlamentar, porque o senhor sabe que eu represento aqui a vontade popular, tenho um mandato popular, como V. Exa. também tem um mandato popular.

A base do nosso relacionamento é o respeito. A hora que perdermos o respeito entre instituição, que é o mandato parlamentar, nós estamos todos caindo por uma vala que a gente não sabe aonde vai parar.

O senhor veja só como as coisas estão acontecendo. O senhor colocou bem, eu estou com muita cautela, porque eu sou presidente da Comissão de Educação e há 45 dias, fiz uma solicitação por escrito aprovada por todos os deputados da Comissão de Educação, solicitando da secretária que nos dê os motivos pelo quais as professoras e os diretores estão sendo acusados. Por escrito.

Mais ainda, na reunião que fiz lá na Secretaria da Educação, que demorou 5 horas, solicitei novamente à secretária que enviasse à Comissão de Educação.

O que existia no processo, o que estava sendo acusado? Como é que era o processo para levantar as acusações de um funcionário público do Estado do Paraná? No caso para nós muito mais relevante porque se tratava de um cargo de representação, que é o cargo da escolha de diretores, esse processo. A secretária disse que no tempo possível iria enviar. O senhor veja bem: à Comissão de Educação nada foi enviado e ao senhor foi enviado!

Assim como não vou admitir que desrespeite o senhor enquanto deputado estadual, seja por quaisquer motivos.

Quando nós aqui brigamos pela elucidação da morte do deputado Tiago Amorim, não é porque o Tiago Amorim era da Bancada do Governo, e não é porque o deputado Tiago Amorim poderia ser da Base de Sustentação, é porque precisa ser elucidado, precisa ter uma resposta, precisa ser tratado como um crime, um assassinato. Isso interessa à sociedade!

Então, eu no exercício do meu dever, enquanto presidente da Comissão de Educação, estou no exercício daquilo que interessa a todos.

A secretária falha, e muito, quando ela entrega um documento ao senhor, não por ser o Ademar Traiano, o senhor entenda bem, a qualquer outro deputado e não comunica oficialmente através de documento o presidente da Comissão, sendo que o presidente solicitou isso por escrito!

Então, o senhor veja a subvenção que está havendo no processo. Eu tenho muita cautela e vou continuar tendo.

Nereu Moura, tenho um minuto e lhe cedo esse um minuto. Sei que V. Exa. é vice-líder da Base de Sustentação do Governo, eu não quero entender por trás disso que esteja havendo uma politização às avessas, porque isso não é politização de tentar transformar algo que interessa ao Estado, que interessa à sociedade uma pendenga política partidária ou de quem apóia ou não apóia o governo.

V. Exa. recebeu um documento; a Comissão de Educação que solicitou há 45 dias atrás, sequer recebeu uma explanação verbal!

O Sr. Ademar Traiano

Vou solicitar à secretária que lhe mande o documento imediatamente!

O SR. ÂNGELO VANHONI

V. Exa. não faça isso, porque eu prefiro que a Assembléia Legislativa seja desrespeitada. Eu prefiro que a Comissão de Educação não tenha o mínimo respeito de qualquer autoridade do Estado do Paraná. Eu prefiro assim. Amanhã ou depois eu vou deixar a presidência da Comissão de Educação, porque o meu mandato termina nesses próximos 8 meses.

Mas, se essa prática de desrespeito às instituições, é a prática que tem que prevalecer, eu prefiro que o Poder Executivo nos trate assim, porque amanhã ou depois, eu não sei aonde nós podemos chegar.

A gente critica aqui muito, porque á algo que não dá para acreditar. Então, não é o deputado Ângelo Vanhoni, seja quem for na presidência da Comissão de Educação, no exercício do seu mandato, dos seus deveres, eu acho que minimamente a sociedade e as instituições têm que ter o respeito.

Deputado Nereu Moura eu já terminei, mas lhe cedo este minuto para lhe ouvir.

O Sr. Nereu Moura

Eu vou falar no Horário do PMDB.

Agradeço a sua benevolência.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, obrigado pela benevolência.

Sei que cometi excessos, mas o assunto é de interesse de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao PTB.

(Declina)

Concedo a palavra ao PMDB.

Concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, na mesma linha de raciocínio do deputado Vanhoni, queremos protestar pela maneira

como o governo do Estado, através da secretária Alcyone Saliba está intervindo no Colégio Estadual Cecília Meirelles.

É um verdadeiro escândalo essa intervenção, afastando os professores, agindo como se estivéssemos vivendo um período de ditadura, de arbitrariedade dentro da escola, não permitindo o acesso dentro da Escola, dos professores, de pais e alunos. A própria Polícia foi destacada dentro do estabelecimento de ensino.

É a cara do governo Jaime Lerner que trata os problemas sociais do Paraná com desprezo, com violência e com arbitrariedade, assim é como a secretária Alcyone Saliba está agindo no Colégio Cecília Meirelles, de forma que é necessária a intervenção desta Casa, da Comissão de Educação, do presidente Hermas Brandão, chamado para a Assembléia Legislativa uma intermediação, para que esse ato expurgável da Alcyone Saliba não venha prejudicar o ensino, os funcionários, os professores de maneira cruel como está prejudicando e é por isso que os pais, professores e alunos estão aqui e estão com medo, pela maneira odienta como as coisas estão acontecendo no Colégio Cecília Meirelles.

Desta forma, fica o protesto do PMDB do Paraná e o nosso pedido para que a Comissão de Educação possa se dirigir ao Colégio Cecília Meirelles para levantarmos *in loco*, a situação daquele estabelecimento e para que a normalidade seja restabelecida e os professores e a comunidade escolar sejam respeitados. Ora, uma professora foi eleita pelo voto da comunidade e ela tem o direito de ser a diretora, e é isso que pretendemos que seja respeitado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao PL, ao PSDB, PPB, PPS.

(Declinam).

O Horário da Liderança da Oposição já foi ocupado pelo deputado Vanhoni.

Ele usou todo o tempo.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu queria lembrar aos deputados que, após a Sessão Plenária, no plenarinho, teremos uma reunião com a presença do presidente da Associação dos Magistrados, doutor Roberto Portugal Bacelar e da procuradora Geral de Justiça, Maria Tereza Gomes, para que eles nos passem a sua visão a respeito do Projeto nº 822 que é o Projeto de Organização e Divisão Judiciária. Tanto os magistrados do Paraná todo quanto o Ministério Público, têm enviado inúmeras manifestações, questionando alguns artigos, e a nossa intenção seria de ouvi-los hoje e, numa primeira oportunidade, dentre dois ou três dias, ouvir o comando do Tribunal de Justiça para que possamos ter uma opinião clara a respeito, principalmente dessa questão de uma entrância final aqui em Curitiba, porque muda o que foi estabelecido na Constituição do Estado que criava instâncias finais de Maringá, Londrina, Ponta Grossa e Cascavel e agora, cria uma especial aqui em Curitiba, bem como a questão de promoção e

remoção na Magistratura e Ministério Público, para que possamos ter uma visão clara sobre isso, já que na Organização Judiciária isso será votado.

Seria de suma importância que os senhores parlamentares ao encerrar desta Sessão, descêssemos ao plenário, numa Sessão curta, onde vamos ouvir o ponto de vista tanto da Associação dos Magistrados quanto da Procuradoria de Justiça, para podermos balizar a nossa forma de conduta na votação do projeto em plenário.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do deputado Ademar Traiano, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 397/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que cria o programa de expansão de bancos para coleta de sangue humano no Estado. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03.09.2001).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 527/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação mensal de balancetes contábeis indicando a aplicação de recursos e despesas efetuadas por todas as universidades públicas do Estado do Paraná, e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/2001, de 16.10.2001).**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que transfere o município de Quatiguá do Núcleo Regional de Educação de Jaguariaíva para o Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRE-**

CIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/2002, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre a filiação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná junto ao Bloco Parlamentar Brasileiro da União dos Parlamentares do Mercosul. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 011/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Portal da Luz, com sede e foro no município de Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2002, de 19.02.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 011/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Portal da Luz, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 075/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida São João Batista, de Rio Branco do Sul, com sede e foro no município de Rio Branco do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 007/2002, de 27.02.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 075/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida São João Batista, com sede e foro no município de Rio Branco do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº

8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, fica o município de Marialva/Paraná, denominado como "Capital da Uva Fina do Paraná", e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/2002, de 05.03.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 084/2002

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 84/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, apresenta como objetivo denominar o município de Marialva de Capital da Uva Fina do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar constatou-se que a matéria em tela, atende aos requisitos legais, não havendo óbice à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 084/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, visa denominar o município de Marialva como Capital da Uva Fina do Paraná.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.04.2002.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 119/2002, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Casa de Retorno ao Lar - CRL, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/2002, de 18/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 119/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edson Praczyk, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Casa Retorno ao Lar - CRL, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e, ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 120/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação das Pessoas Deficientes de Maringá - APEDEM, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/2002, de 18/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 120/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ricardo Maia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação das Pessoas Deficientes de Maringá - APEDEM, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e, ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação Modelo de Orientação à Adolescente - Casa Marelise Cristina Borges - AMOA, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/2002, de 18/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 123/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade

Pública a Associação Modelo de Orientação à Adolescente - Casa Marelise Cristina Borges - AMOA, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e, ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/2002, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Fundação Missionária Evangélica Oásis com sede e foro em Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2002, de 19/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 130/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Missionária Evangélica Oásis, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e, ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/2002, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente de Defesa e Promoção da Família e da Condição Feminina - Sociedade Mulher, com sede e foro no município de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2002, de 19/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 131/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente de Defesa e Promoção

da Família e da Condição Feminina - Sociedade Mulher, com sede e foro no município de Cianorte.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e, ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária do Distrito de Rio Verde - ACURV, com sede no município de Juranda, e foro na Comarca de Ubitatã-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/2002, de 20/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 136/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Distrito de Rio Verde - ACURV, com sede e foro no município de Juranda, Comarca de Ubitatã.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 136/2002

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Distrito de Rio Verde - ACURV, com sede no município de Juranda e foro no município de Ubitatã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Apoiamento:

Marcos Isfer.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 137/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação do Bairro Lar Paraná com sede e foro no município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/2002, de 20/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 137/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Bairro Lar Paraná, com sede e foro no município e Comarca de Campo Mourão.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 137/2002

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Bairro Lar Paraná, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/2002, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de São Sebastião da Amoreira, com sede no município de São Sebastião da Amoreira e foro no município de Assaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/2002, de 20/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 139/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à

Infância - APMI de São Sebastião da Amoreira, com sede no município de São Sebastião da Amoreira e foro no município de Assaí.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e, ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 161/2002, de autoria do deputado Nelson Justus, que denomina Rodovia Mário Ceni, a estrada que liga o município de Chopinzinho ao município de Coronel Vivida. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/2002, de 26/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 161/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, visa denominar Rodovia Mário Ceni, a estrada que liga o município de Chopinzinho ao município de Coronel Vivida.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 794, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 795 a 801, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 802 e 803, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 804, de autoria do deputado Waldir Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 806 e 807, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 810, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 811, de autoria do deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 812, de autoria do deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 813 e 814, de autoria do deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 815 e 816, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 818 e 819, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, há dias atrás nós tivemos uma reunião secreta junto com o secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná e todo staf da polícia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu dou por encerrada a Sessão pela falta do 1º secretário. Amanhã V. Exa. poderá usar o horário normalmente.

Solicito ao deputado Caíto que nos dê uma assistência aqui na 1º Secretaria.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Nós chegamos a conclusão de encaminharmos uma Comissão a Brasília ou Polícia Federal.

A Presidência já tem alguma iniciativa?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já encaminhei a semana passada o pedido ao ministro da Justiça.

Foi um ofício, e eu fiz uma ligação pessoal para o ministro, em nome de todos os parlamentares.

O SR. NELSON TURECK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de registrar a presença do chefe da Secretaria da Agricultura - Núcleo de Campo Mourão, Sr. Silvestre Dimas Staniszewski e também a presença do chefe regional do DER, o engenheiro Dr. Otávio, que brilhantemente vêm fazendo um grande trabalho pela nossa região.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrada a presença dos ilustres visitantes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 113/99, 293/2000 e 701/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 011, 075, 084, 119, 120, 123, 130, 131, 136, 137, 139 e 161/2002.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 006/2002.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2002.

Marco ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 017, 018, 021, 023 e 035/2002.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 291/99, na sequência o deputado Orlando Pesutti apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 100/2002, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Errata:

Os Projetos de Lei nºs 198 e 199/2002 estão sendo republicados por terem saído com incorreção na autoria dos mesmos, no Diário da Assembléia nº 038, de 09.04.2002.

PROJETO DE LEI Nº 198/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva e Recreativa Metropol, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Está lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Esportiva e Recreativa Metropol, é uma sociedade civil fundada em 01.05.83, com personalidade jurídica de direito privado, tendo por finalidade proporcionar diversões esportivas, recreativas e culturais aos seus associados.

Pela documentação anexada a proposição constatamos que a entidade preenche os requisitos exigidos pela Lei 6994/78, que regulamenta a matéria.

Desta forma, solicitamos o apoio dos nobres deputados no sentido de aprovar o presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 199/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva e Recreativa Santos Dumont, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Está lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Esportiva e Recreativa Santos Dumont foi fundada em 03.06.79, com a finalidade de proporcionar diversões esportivas, recreativas e culturais aos seus associados.

Possuindo personalidade jurídica de direito privado, conforme documentos em anexo, a entidade preenche os requisitos exigidos pela Lei 6994/78, para ser declarada de Utilidade Pública Estadual.

Desta forma, objetivando reconhecer o excelente trabalho que a atual diretoria vem desenvolvendo em benefício da comunidade, solicitamos o apoio dos nobres pares ao presente plano de lei.